

PATRIMONIALISMO E CLIENTELISMO: FREIOS À DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO

Veracilda Vale da Costa Fernandes (UERN)

cildavcf@gmail.com

Meiry Lúcia Meneses de Sousa Oliveira (UERN)

oliveirameirylucia@yahoo.com.br

Arlene Maria Soares de Medeiros (UERN)

arilenemedeiros@uern.br

INTRODUÇÃO

O estudo em tela alça os aspectos pontuais da política nos municípios de Caicó e Mossoró – RN, evidenciando o coronelismo e suas origens no Estado-Nação. Ressaltamos que este estudo faz parte de duas dissertações em processo de elaboração, vinculadas à linha de Políticas e Gestão da Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação (POSEDUC), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), objetivando entender que o patrimonialismo e o clientelismo constituem freios aos processos de democratização da gestão educacional/escolar nos referidos municípios. Nesse interim, fundamentamo-nos em Faoro (2012); Leal (1976/2012) e Mendonça (2008). As transformações históricas e culturais preservam a característica do coronelismo, representada pela presença patrimonialista nos quadros burocráticos de um determinado estamento, e posteriormente classe, que rege e governa observando apenas seus próprios interesses. Essa cultura impregnada nos sujeitos políticos e sociais deixa suas marcas nos âmbitos das ações sociais e educacionais, impedindo que práticas instituídas legalmente, a exemplo dos processos de implementação da gestão democrática e participação social pouco avancem nos municípios de Caicó e Mossoró, ambos no Rio Grande do Norte.

DESENVOLVIMENTO

As práticas patrimonialistas, hierárquicas e clientelistas, frutos de uma cultura coronelista têm origem na tradição colonial em que se estruturou a monarquia no Brasil.

De acordo com Leal (2012, p.20), o coronelismo é fruto da implementação do regime representativo superposto sob uma estrutura econômica e social imprópria.

É antes uma forma peculiar de manifestação do poder privado, ou seja, uma adaptação em virtude da qual os resíduos do nosso antigo e exorbitante poder privado têm conseguido coexistir com um regime político de extensa base representativa.

Nessa guisa, os proprietários de terra são o fundamento do coronelismo, uma vez que antes do regime representativo, o poder dos donos da terra estava consolidado. Quando da estruturação do regime representativo, há uma adaptação entre o poder privado, que decaía e o poder público que se assentava. Dessa forma, os proprietários das terras adaptam o poder que já tinham ao novo regime político, dando continuidade ao poderio, respaldados pelo aparelho administrativo e normativo. Do coronelismo, há o desdobramento de outras práticas como: patrimonialismo, hereditariedade e clientelismo.

O patrimonialismo tem origem no aparecimento do Estado-nação, além do aumento territorial e populacional, em que o Estado era administrado pela oligarquia predominante (Faoro, 2012). Assim, a administração pública era financiada pelos donos das terras (poder privado), respaldada em normatizações efetivadas pelos burocratas e profissionais letrados (poder público). A principal característica do patrimonialismo é a utilização recursos públicos como se privados fossem. É a elite dominante que financia e é financiada pelo público, mantendo o poder centralizado, transferindo-o aos familiares, amigos e correligionários, isto é o que define a hereditariedade. Por fim, o clientelismo é conceituado pelo povo que espera no soberano (o bom homem, o líder) o atendimento das suas necessidades.

Com a política dos governadores, este processo se fortaleceu ainda mais. Dessa forma, o coronel ingressou inteiramente nas relações de poder, principalmente dentro dos estados, conforme expõe Leal (2012, p.33):

O bem e o mal, que os chefes locais estão em condições de fazer aos seus jurisdicionados, não poderiam assumir as proporções habituais sem o apoio da situação política estadual para uma e outra coisa. Em primeiro lugar, grande cópia de favores pessoais depende fundamentalmente, quando não exclusivamente, das autoridades estaduais. Com o chefe local — quando amigo — é que se entende o governo do Estado em tudo quanto respeite aos interesses do município. Os próprios funcionários estaduais, que servem no lugar, são escolhidos por sua indicação.

As práticas coronelistas estão imbricadas na sociedade brasileira, passíveis de visibilidade nos municípios de Caicó e Mossoró, presentes desde o surgimento do Estado-nação e perpetuam até os dias atuais, sendo que hoje ganham novos contornos. São práticas dessa natureza que dificultam o processo de democratização da gestão do sistema (funcionamento do Conselho Municipal de Educação do Município de Caicó) e da escola (escolha dos/as diretores/as via as eleições no município de Mossoró).

Dessa forma, tem-se nas lideranças políticas do município de Caicó a formação das oligarquias dominantes, os prefeitos têm vínculo e/ou apoio de uma ou outra corrente política (oligarquia). Os prefeitos são familiares, amigos ou correligionários dessas lideranças, o que consagra práticas de hereditariedade. O forte coronelismo marca as ações dos governantes e governados neste município, expressos nas práticas de cunho social e estendido ao âmbito educacional. É difícil enxergar práticas inovadoras de participação social nas ações de alguns conselheiros do CME que foi instituído desde 1998 e hoje ainda não consegue se consolidar como um órgão de representatividade social, no acompanhamento de políticas públicas educacionais. O CME tem dificuldade de se reunir em virtude da falta de engajamento de muitos de seus representantes, o que impossibilita sua consolidação como instrumento de participação. Dessa forma, é possível enxergar uma cultura impregnada, na qual pode-se aferir que o povo apresenta uma devoção às lideranças políticas que dispensam a participação no acompanhamento das políticas públicas educacionais.

O coronelismo está impregnado nas ações das lideranças políticas e da sociedade civil. A despeito do município de Mossoró, as eleições de 2020 protagonizou a quebra hegemônica dos “Rosados” que por mais de 70 anos dominou o cenário político e a cadeira do executivo municipal. Com recorde de mandatos (1989, 1997, 2001, 2017), a então prefeita Rosalba Ciarlini Rosado (PP) perde a cadeira para atual gestor Alysson Bezerra (UNIÃO). A quebra de mandatos da família Rosado não significou o fim de práticas autoritárias, dito isso, em sentido às recorrentes ações do poder executivo, que desde a acessão ao cargo (2021), engaveta projetos de lei que propõem a Gestão Democrática na rede de ensino, contrariando inclusive, a primeira meta de seu plano de governo que é de aprovar o mecanismo da eleição direta para gestores/as nas escolas.

Após três (3) anos de gestão, o lançamento de edital para a seleção de diretores em seis instituições escolares sem a participação da comunidade escolar e local no processo de escolha, expressa claramente a intenção de manter a velha e conhecida prática da indicação de cargos. Assim, o patrimonialismo conserva sua força, “O ambiente

cultural brasileiro dominado pelas práticas do clientelismo e do fisiologismo continuam a contaminar a administração pública” (MENDONÇA, 2008, p. 56). Passando por uma evolução e adaptação às novas estruturas formadas e estabelecidas através da instituição das práticas do clientelismo e do favoritismo, mantendo o peso na nomeação e nas promoções dos cargos públicos, que continuam sendo utilizadas como moeda de troca para favorecimento pessoal.

CONCLUSÃO

O coronelismo vem ganhando novos contornos, mas a perpetuação de troca de favores, conservação de oligarquias dominantes da política do poder local, centralidade na direção da política pública se mantém nos municípios de Caicó e Mossoró. São práticas retrógradas que impedem a democratização da gestão dos sistemas e das escolas. O forte coronelismo nestes municípios, com seus desdobramentos, assegurados em práticas patrimonialistas, hierárquicas e clientelistas impossibilita ações que corroborem com projetos constitucionalmente instituído, como: a implementação da gestão democrática, com processos democráticos de acesso ao cargo de diretor, como no caso do município de Mossoró e a superação da ausência de vontade política para participação social no Conselho Municipal de Educação de Caicó.

A velha política doméstica de dominação e manutenção de poder não dão mais conta da sociedade contemporânea. Avançar nos processos de fortalecimento democrático e participativo, legalmente instituídos, é decisivo para construção de uma sociedade justa e democrática.

REFERÊNCIAS

- FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: formação do patronato brasileiro**. 5ª edição, Editora Globo, Rio de Janeiro, 2012.
- LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- MENDONÇA, M. L. C. A. E. **As organizações sociais entre o público e o privado: uma análise do Direito Administrativo**. Fortaleza: Gráfica da Universidade de Fortaleza, 2008. v. 1.